

O QUE NOS DIZEM OS NÚMEROS? UM ESTUDO DOS DADOS DA EVASÃO ESCOLAR DE MORADORES DO CAMPO.

Valdirene de Jesus Ferreira¹

1. INTRODUÇÃO

Os dados estatísticos contribuem para a construção da nossa realidade, uma vez que, eles impactam em nossas percepções e interpretações do real, do existente e, conseqüentemente, tendem a alterar o modo como lidamos com determinados fenômenos. Segundo Gil (2018), é necessário compreendermos o que faz com que determinado fenômeno ou situação sejam considerados ou não, no sentido de receberem atenção de determinados grupos de pessoas ou dos governantes e, nesse sentido, os dados estatísticos têm exercido esse papel. No caso da educação, os indicadores educacionais tem sido um dos responsáveis para que ações sociopolíticas sejam pensadas e postas em práticas, com o intuito de fazer com que tais indicadores passem a ser positivos, ou que expressem melhoria em relação a determinadas problemáticas educacionais, com por exemplo, a evasão escolar na educação básica.

De modo geral, os índices de evasão escolar são persistente. O grau de incidência oscila temporal e regionalmente, mas não deixa de existir. E, além disso, a evasão não é um problema apenas educacional, mas político-social, econômico, e cultural, que impacta na vida pessoal e em toda a sociedade. De acordo com Queiroz (2002, p.2):

A evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isso educadores e brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Instituto TIM e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) lançaram oficialmente, em 2017, a Busca Ativa Escolar com o intuito de ajudar os municípios no combate à exclusão escolar. A Busca Ativa é uma plataforma que reúne dados sobre evasão escolar e, em 2017, foi publicado um Relatório sobre o cenário da exclusão escolar no Brasil, concluindo que:

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/11616-1. E-mail: valdireneferreira2013@gmail.com.

Os maiores percentuais de exclusão se concentram na zona rural (8,3%). Dispersos pelo Brasil, 661.110 meninos e meninas estão longe das salas de aula fora das cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, seja por falta de vagas em escolas próximas, problemas no transporte escolar ou outros fatores que impedem o acesso e a permanência escolar (UNICEF, 2017, p.5).

A respeito desses fatores de impedimentos, Troian e Breitenbach (2018), expuseram que no Brasil, de maneira geral, o índice de pobreza na zona rural é mais alto em relação à zona urbana, fazendo com que os jovens rurais necessitem trabalhar mais cedo o que, conseqüentemente, impacta nos níveis de evasão e repetência escolar.

Considerando isso, o objetivo principal desse texto é apresentar e discutir sobre os dados da evasão escolar nos âmbitos: nacional, estadual e municipal e, mais especificamente, contrastar o número de abandonos entre a zona rural e urbana, demonstrando que as evasões escolares tendem a se acentuar em locais invisibilizados pelas políticas públicas, ou pelo Estado em geral, como é o caso das áreas rurais. Em relação a metodologia, adotou-se o método qualitativo, tendo como objeto de análise, principalmente, os dados do abandono escolar disponibilizados pelo (INEP, 2019). Além desses dados, também utilizamos os dados da pesquisa realizada no âmbito do mestrado, na qual, dentre outras coisas, foram entrevistados 14 moradores da área rural do município de Viçosa, situado no estado de Minas Gerais.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa e da análise exploratória de dados, do levantamento dos índices de evasão escolar nos âmbitos nacional, estadual e municipal, realizou-se, também, uma breve revisão de literatura sobre pesquisas que estudaram a evasão escolar no Brasil e coletamos dados através de entrevistas semiestruturadas.

No estudo dos índices de evasão escolar, trabalhou-se com os indicadores educacionais do INEP, mais especificamente, com os dados de rendimento (aprovação, reprovação e abandono). E, em relação as entrevistas, os participantes que coproduziram os dados da pesquisa² foram moradores da zona rural da cidade de Viçosa-MG que interromperam a escolarização básica e possuíam mais de 18 anos de idade. Foram entrevistadas 14 pessoas e, para auxiliar no alcance desses sujeitos, utilizou-se a metodologia bola de neve, na qual o pesquisador pede aos participantes que indiquem outras pessoas que poderiam participar também do estudo (COSTA, 2018). Os primeiros participantes foram membros da minha família, que se dispuseram a participar, após o envio do convite no grupo

²A pesquisa em questão foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa.

da família, no WhatsApp. E, a partir daí e das indicações de amigos das comunidades rurais vizinhas, obteve-se os quatorze participantes. Desses, dez são da mesma comunidade rural que eu residia, Piúna, e os outros quatro são de outras comunidades rurais, conhecidas como Siriquite e Juquinha de Paula.

Em relação às taxas de abandono escolar que serão discutidas a seguir, é necessário informar que elas correspondem aos alunos que deixaram de frequentar a escola antes da conclusão do ano letivo, “não tendo sido formalmente desvinculado por transferência, portanto a sua matrícula não possui registro de rendimento [aprovado ou reprovado]” (INEP, [2011], p. 2). Outro esclarecimento importante é em relação ao fato de ter sido analisados, majoritariamente, os dados de 2019, por duas razões: primeiramente, porque esse levantamento foi realizado em 2020 e a intenção era trabalhar com os dados mais recentes; outra razão foi o fato de a pandemia ter provocado alterações na coleta dos dados de 2020 e a pretensão foi analisar o cenário da evasão escolar brasileira sem o impacto causado por essa pandemia, uma vez que, ela tenderia a intensificar tais ocorrências.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro levantamento realizado, de dados dos anos de 2014 a 2019, da taxa de abandono no Brasil, no qual identificou-se que eles ocorreram, em todos os níveis da educação básica, com maior incidência no ensino médio, sendo a taxa de abandono nesse nível de ensino mais que o dobro da do ensino fundamental. Realizou-se os cálculos para verificar com mais precisão os dados de 2019 e conhecer a somatória total do número de abandonos em cada etapa da educação básica. Assim sendo, obteve-se que, aproximadamente, foram: 78.362 abandonos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 220.256 nos Anos Finais do Ensino Fundamental; e 322.198 no Ensino Médio (INEP, 2019).

Uma das perguntas feitas aos quatorze participantes na pesquisa realizada no âmbito do mestrado, foi sobre o ano em que eles haviam saído da escola, qual série ou ano cursavam e qual idade possuíam e, os resultados obtidos dialogam com os dados anteriores. Por exemplo, dentre os participantes, seis saíram no ensino médio, corroborando com os dados nacionais, que mostram que, a adolescência e, especialmente o ensino médio, podem ser considerados como períodos críticos para a evasão escolar atualmente e, portanto, devem ser motivo de atenção para políticas públicas de permanência no ensino.

Como dito anteriormente, foram priorizados os dados do ano de 2019, por causa do impacto da pandemia na coleta dos dados de 2020 e 2021. No entanto, considerou-se interessante, para esse estudo, apresentar os dados que foram possíveis coletar em 2020.

Nesse ano a coleta foi feita em um período diferente do habitual, teve que ser antecipada, sendo assim, retrata a situação anterior à pandemia (INEP, 2022), mas identificou-se que os abandonos ocorreram em todos os níveis do ensino básico. Em relação aos dados de 2021³, o INEP não havia divulgado as taxas de rendimentos (aprovação, reprovação e abandono) dos alunos até o período dedicado à realização desse levantamento.

No Brasil, nos anos 2018 e 2019, o número de abandonos na área rural foi maior do que na zona urbana em todos os níveis do ensino básico. Em 2018, no Ensino Fundamental, foram 1,3% de abandonos no urbano e 2,7% no rural; no Ensino Médio, foram 6,0% no urbano e 7,2% no rural. Em 2019, no Ensino Fundamental, foram 2,0% no urbano e 5,1% no rural; no Ensino Médio, foram 4,7% no urbano e 6,7% no rural.

Em Minas Gerais, no Ensino Fundamental, a quantidade de abandonos continua sendo maior na zona rural, com uma diferença de um décimo. Já no Ensino Médio, o número de abandonos na zona urbana foi bem superior. Mas isso, infelizmente, não quer dizer que o número de abandonos de estudantes do campo caiu, esse decréscimo se deve à forma como o cálculo da taxa de abandono é realizada. Segundo, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), a taxa de abandono escolar indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar os estudos após a primeira etapa do Censo Escolar (Matrícula Inicial) e, durante a coleta do Censo Escolar, no cadastro do aluno, ele informa o endereço da sua residência, porém, a taxa de abandono é calculada considerando as matrículas da escola e não a residência do estudante, não sendo possível saber o número de pessoas do campo que realmente abandonaram o ensino.

Em Viçosa, o número de abandonos no Ensino Fundamental é inferior na zona rural em relação à zona urbana e, no Ensino Médio, não há evasão de estudantes da zona rural (INEP, 2019), mais isso ocorreu, porque não há escolas de ensino médio na zona rural da cidade e, como vimos, a evasão é calculada pela localização da escola e não pela residência do estudante.

Em vista desses persistentes abandonos e/ou evasões escolares, fez-se necessário conhecer suas motivações. Assim sendo, primeiramente foram analisados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada no período de 2017-2018. Na ocasião foram entrevistados 24,3 milhões de jovens, de 15 a 17 anos (IBGE, 2019) e, de acordo com os resultados, a razão mais apontada para a evasão é a falta de interesse, especialmente para estudantes do sexo masculino, seguida da necessidade

³Os dados apresentados aqui, tanto em relação ao ano de 2020 e de 2021, foram coletados até a data de 27 de março de 2022, período em que a pesquisa de mestrado estava sendo realizada, sendo assim, pode ser que já tenha havido atualizações.

de trabalhar, também maior entre os rapazes, e de gravidez ou cuidar de criança, resposta dada exclusivamente por jovens do sexo feminino.

Em relação a população rural, considerando as respostas dos participantes da pesquisa realizada, em relação ao que os levaram a sair da escolar, as razões mais citadas pelos meninos foram a “falta de interesse” e o “trabalho”. Em relação a “falta interesse”, ela tende a estar ligada a questão do distanciamento, não só em termos de quilometragem, mas cultural mesmo, pensando no contraste que costuma haver entre a dinâmica/contexto do campo e o da escola; e o fato de que dependendo das características do sujeito, tais como cor da pele e gênero, bem como das condições financeiras, permanecer no processo de escolarização se torna ainda mais desafiador ou até mesmo inviável. Diante disso, é importante compreendermos a evasão escolar em suas diferentes ramificações, bem como defender que as medidas desenvolvidas pelo país, estados e municípios, para amenizar ou combater a evasão escolar, levem em consideração essa diversidade de situações e complexidade de fatores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados, dentre outras coisas, demonstram a incidência da evasão escolar na educação básica, e revelam a não garantia de um direito previsto no Art. 6º da Constituição de 1988, que deve ser assegurado para todos, como previsto no Art. 205 desse mesmo documento. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reafirma esse direito, mais especificamente no Art. 5º, que determina que o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo. E, além do mais, esses números apresentados corroboram com a necessidade de pesquisas que busquem compreender a evasão, suas motivações e seus impactos na vida dos sujeitos.

Nessa investigação acerca dos dados da evasão escolar, identificamos que os abandonos na zona rural foram superiores aos da zona urbana, nos âmbitos nacional e estadual, no entanto, a forma como os dados do abandono é gerada não nos permite conhecer, com mais exatidão, o número de estudantes do campo que deixam a escola, pois os dados se referem à escola onde o estudante está matriculado e não onde reside. Destacamos, portanto, a necessidade de uma revisão da forma como são coletados e disponibilizados esses dados, para se ter conhecimento de quantos sujeitos dos campos estão, de fato, abandonando o ensino.

Além do mais, enfatiza-se, que a evasão escolar, bem como outros impasses educacionais, são construções sociais, portanto, reflexos da forma como nos organizamos, do modo como construímos os espaços, dos diálogos travados, das posturas adotadas, enfim, de

tudo que realizamos ou deixamos de realizar em nossos cotidianos. Consequentemente, trata-se de uma questão educacional, institucional, histórico, cultural e/ou político, e problema social, que implica e é implicado por todos, direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

COSTA, B. R. L. Bola de Neve Virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 15-37, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/24649/16131>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Relatório sobre o cenário da exclusão escolar no Brasil**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/downloads/guias-e-manuais/busca-ativa-escolar-v10-web.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

GIL, N. L. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Rev. Bras. Educ.**, 230037(23), 2018. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100229&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota técnica 002/2010: cálculo das Taxas de Rendimento Escolar Censo da Educação Básica 2009**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2009/NT_indicadores_rendimento2009.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxas de rendimento**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 26 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2021: divulgação dos resultados**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua): Educação, 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 32p, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00e02a8bb67cdedc4fb22601ed264c00.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. [artigo publicado nos anais da ANPEd]. **25º Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu



(MG), 2002. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/tp251.htm#gt12>. Acesso em: 22 jan. 2021.

TROIAN, A., BREITENBACH, R. Jovens e jovens em estudos rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, 4(19), p. 789-802, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2021.